

*“Nós” e “eles” e a demarcação de fronteiras:
uma análise da relação “estabelecidos” e
“outsiders”*

*“We” and “they” and the demarcation of borders: an
analysis of the relation between “established” and
“outsiders”*

*“Nosotros” y “ellos” y la demarcación de las fronteras: un
análisis de la relación entre “establecidos” y “forasteros”*

Cláudia Marques Roma
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
marquesroma@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo apresentaremos uma discussão sobre a relação entre “estabelecidos” e “outsiders” na perspectiva de Elias e Scotson (2000), a partir da realidade empírica de cidades locais híbridas. Verificamos nestas localidades que a relação entre “estabelecidos” e “outsiders”, ou, entre “nós” e “eles”, se processa por meio da expansão da atividade agroindustrial canavieira que, além de gerar impactos no campo e nas cidades, também intensifica a estigmatização dos trabalhadores migrantes, consequentemente intensificando ainda mais o processo de exclusão social.

Palavras-chave: Estabelecidos; Outsiders; Atividade Canavieira; Cidades Locais Híbridas.

Abstract

In this paper, it is presented a discussion about the relation between “established people” and “outsiders” based on the analysis of an empirical reality of local hybrid cities according to viewpoints in the literature of Elias and Scotson (2000). It was possible to find that, in these localities the relation between “established people” and “outsiders”, or, between “we” and “they”, is built in reason of the expansion of sugarcane production, which not only impacts on countryside areas and cities, but also it increases the stigmatization of migrant workers and consequently intensifies even more a social exclusion process.

Keywords: Established locals; Outsiders; Sugarcane Production; Local Hybrid Cities.

Resumen

En este artículo se presenta una discusión sobre la relación entre "establecido" y "forasteros" en la perspectiva de Elias y Scotson (2000) desde una realidad empírica de las ciudades locales híbridas. Se verifica en estas ubicaciones que la relación entre "establecidos" y "forasteros" se procesa a través de la expansión de la agroindustria de la caña que, además de generar impactos en las zonas rurales y urbanas, también refuerza la estigmatización de los trabajadores migrantes, intensificando aún más el proceso de exclusión social.

Palabras clave: Establecidos; Forasteros; Agroindustria de la Caña; Ciudades Locales Híbridas.

Introdução

*Eu não gosto de vancê, Papai Noé!
Tamém não gosto desse seu papé de vendê ilusão pra tar da burguesia.
Se os meninu pobre da cidade soubessem o desprezo qui o se tem, pelos humirde, pela humirdade eu acho
que eles jogava pedra em sua fantasia.
Você talvez vancê nem se alembra mais.
Eu cresci, me tornei rapaz, sem nunca me esquecer, daquilo que passô.
Eu lhe escrevi um biete, pedindo um presente a noite inteira eu espereti contente,
chegou o sor, mais vancê num chegou.
Dias depois, meu pobre pai, cansado, me trouxe um trenzinho véio, enferrujado,
e me ponhou ansim na minha mão e me oiando baixinho me falou:
toma, é pra vancê, foi papai noé que mandou.
E vi quandu ele adisfarçou umas lágrima cum a mão.
Eu alegre e inocente nesse caso, pensei que o meu biete embora cum atraso tinha chegado em suas mão, no
fim do mês.
Limpei ele bem limpadu, dei corda, o trem partiu, deu muitas vorta,
meu pai então se riu e me abraçô pela urtima vez.
O resto, eu só pude cumpreender quando cresci e comecei a ver as coisa com a realidade.
Um dia meu pai chegou ansim, cum quem tá cum medo e falou pra mim:
me dá aqui aquele seu brinquedo daqui vou trocá por outro na cidade .
Entônce eu entreguei pra ele o meu trenzinho quase a soluçã.
E, como quem não quer abandoná um mimo, um mimo que
lhe deu, quem lhe qué bem, eu supriqueei medroso:
?Ô pai eu só tenho ele! Eu num quero outro brinquedo, eu quero aquele.
Por favor pai, num vá levá meu trem?.*

*Meu pai calô e pelo seu rosto veio descendo uma lágrima que, intê hoje creio, tão pura e santa ansim só
Deus chorou!
Ele saiu correnu bateu a porta, ansim como um doido varido minha mãe gritou; pra ele: José! ele num deu
orvido. Foi embora e nunca mais vortô.
Vancê, Papai Noé, vancê me transformou num homem que hoje a infância arruinô.
Sem pai e sem brinquedo.
Afiná, dos seus presentes, num ai um que sobre da riqueza do menino pobre que sonha o ano inteiro com a
noite de natã.
Meu pobre pai coitado, mar vestido, pra num me vê naquele dia desiludido, pagô bem caro a minha inlusão,
num gesto nobre, humano e decisivo, ele foi longe demais pra me trazer aquele lenitivo, tinha robado aquele
trem do filho do patrão.
Quando ele sumiu, pensei que tinha viajadu, no entanto, minha mãe depois deu grande, me contou em
pranto que ele foi preso coitado e transformadu em réu.
Ninguém pra absolvê meu pai se atrevia.
Ele foi definhando na cadeia, intê, qui um dia, Deus entrou na sua cela e o libertô pro céu.
(Rolando Boldrin, Crônica do Natal Caipira)*

O mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade são, para Santos (2004 [2000], p. 18), três mundos num só:

O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

A máquina ideológica, para a continuidade do sistema, apresenta uma ideologização maciça exigida pelo mundo atual que tem, como condição essencial, o exercício de fabulações (SANTOS, 2004 [2000]). Nesse contexto, a difusão do agronegócio globalizado com base na agricultura científica apresenta-se enquanto motor e única opção de crescimento econômico, de fonte de emprego e renda, de desenvolvimento e de existência. Por meio dessas fabulações, o agronegócio globalizado expande-se enquanto perversidade que, ao concentrar riqueza e terra, aprofunda as desigualdades sociais, intensificando processos como o da exclusão social.

A expansão da atividade agroindustrial canavieira, além da desapropriação dos camponeses de suas terras, da redução na produção de alimentos, dos impactos gerados nas cidades, também faz emergir, nesses espaços, os conflitos entre os moradores antigos das cidades locais híbridas¹ e “os de fora”, estabelecendo uma relação de “estabelecidos” e “outsiders”. Nesse processo se intensifica a exclusão social dos trabalhadores migrantes destinados, principalmente, ao corte da cana-de-açúcar.

A relação entre “estabelecidos” e “outsiders” foi apresentada por Elias & Scotson (2000), para nós, demonstrando o aprofundamento da exclusão social. Nessa relação, que as dimensões social e política da exclusão se intensificam. Assim, contrariando Federico Neiburg (Elias & Scotson, 2000), a tese dos “estabelecidos” e dos “outsiders” não deve se colocar para criticar e reformular o conceito de exclusão, mas sim, para reforçar o processo entendido como multidimensional (VIEIRA, 2009).

Demonstraremos, neste artigo, que a expansão da atividade agroindustrial canavieira em uma área basicamente composta por pequenas cidades dentre essas, cidades locais híbridas, marcadas pela proximidade espacial e pela visibilidade dos processos sociais, gera, além dos problemas urbanos, conflitos pela presença dos migrantes nordestinos. Estes se deslocam de seus espaços indentitários para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, constituindo a relação entre “estabelecidos” e “outsiders”.

1. A discussão sobre cidades locais híbridas foi apresentada por (ROMA, 2012).

O recorte empírico de nossas análises é a realidade de pequenas cidades, cidades locais híbridas (ROMA, 2012), localizadas na Nova Alta Paulista, extremo oeste do Estado de São Paulo.

Os “estabelecidos” e “*Outsiders*”

O estudo de Elias & Scotson (2000) foi realizado no fim da década de 1950 e início da década de 1960, numa pequena comunidade na Inglaterra – Winston Parva – com, aproximadamente, cinco mil habitantes. Neste artigo, mostra-se uma clara divisão entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo de novos residentes, os “*outsiders*”. Os primeiros, os “estabelecidos”, estigmatizavam e consideravam os “*outsiders*” pessoas de menor valor humano.

Nessa pequena cidade, havia uma interdependência entre os grupos residenciais de famílias que suscitavam problemas próprios e específicos de uma comunidade. As famílias mais antigas e/ou os nascidos nessa comunidade desempenhavam um papel central em todos os setores da vida comunitária, seja social, político e econômico (ELIAS & SCOTSON, 2000).

No estudo de Elias & Scotson (2000), o processo começa a ocorrer quando uma fábrica de Londres se transfere para a Winston Parva, sendo acrescentados mais de 1000 londrinos a essa pequena comunidade e, segundo os autores, essa “migração em massa” teve impactos tanto nos antigos residentes como nos migrantes.

No sentido da problemática posta neste artigo, José de Souza Martins realiza uma discussão sobre a questão do “outro” e de “nós”. Essa relação consiste em considerar que o outro não se confunde conosco e não é reconhecido como “nós”. Essa situação se define como um modo de viver no limite, na fronteira. Para o autor, a fronteira não se reduz ou se resume à fronteira geográfica. A fronteira é, justamente, a situação de conflito social. Esse conflito é a descoberta do outro e o desencontro, não se limitando a diferentes concepções de vida, mas desencontros de temporalidades históricas, “*a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*” (MARTINS, 2009, 133).

Analisando os trabalhadores destinados ao trabalho na cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, Silva (1999) identifica que, em relação aos migrantes, recai o peso de serem de “fora”. O trabalhador migrante é percebido enquanto diferente do, também, trabalhador do “lugar”. A autora não denomina esse processo como “*outsiders*” e “estabelecidos”, mas o conteúdo do processo é o mesmo. E acrescenta (SILVA, 1999, p. 237,238):

No que tange ao trabalhador migrante, torna-se “baiano”, “mineiro” significa possuir um outro papel, até então inexistente. Em seus lugares de origem, não possuem esses atributos. Dessa sorte, há uma verdadeira metamorfose de suas identidades em face do outro (o paulista, o antigo morador da cidade, o branco, pobre ou rico).

A principal questão, nessas discussões, é a fronteira entre “nós” e “eles”, e, essa fronteira, nas pequenas cidades, principalmente nas menores, como as cidades locais híbridas, apresenta características próprias devido ao grau de proximidade espacial e a visibilidade dos processos sociais. Nessas localidades, o conhecimento mútuo entre as pessoas é normal, permitindo um acompanhamento dos problemas pessoais, corroborando para a manutenção de uma rede de “focos” que, de certa forma, nutre uma coesão social. Além do mais, essas particularidades mantêm, nesses espaços, o controle social através da igreja, dos grupos políticos e comunitários.

O sentimento de pertencimento como sendo “da cidade”, nessas localidades, restringe a um pequeno grupo o poder político e econômico. Nesse ponto, a estruturação da sociedade brasileira difere das análises dos autores (ELIAS & SCOTSON, 2000) pois, na realidade analisada por eles, a “antiguidade” era fator preponderante para manutenção do controle político e econômico que, por sua vez, sustentava um grupo “estabelecido” e outro “outsider”. No entanto, em nossa sociedade, na qual as desigualdades sociais e a pobreza são estruturais (SANTOS, 2004 [2000]), a “antiguidade” é apenas um dos fatores de coesão dos “estabelecidos” contra os ditos “outsiders”, pois nas cidades locais híbridas analisadas, outros fatores se apresentam.

Portanto, as características das cidades locais híbridas fortalecem, sobremaneira, a possibilidade de conflito entre os “da cidade” e “os de fora”. Na região da Nova Alta Paulista, comparativamente, observamos que são nas cidades locais híbridas onde mais fortemente se estabelece o conflito entre “estabelecidos” e “outsiders”. Esse fator ocorre em espaços maiores que se subdividem em comunidade de bairros, por exemplo. No entanto, em cidades nas quais a proximidade espacial e a visibilidade dos processos configuram uma vida própria a elas, esse processo é visível e intenso.

Nas cidades de Queiroz, Arco-Íris, Mariápolis, Monte Castelo e Paulicéia, o processo se faz com a chegada dos migrantes destinados ao trabalho na atividade agroindustrial canavieira, intensificado pelo aumento no número de usinas e/ou destilarias de açúcar e álcool na região da Nova Alta Paulista. Porém, também percebemos que as localidades de Inúbia Paulista, Pracinha, Flora Rica e São João do Pau D’Alho que, praticamente, não recebem mão de obra desses trabalhadores, desenvolvem um estigma em

relação aos migrantes, “*por terem ouvido falar*”, elevando esse processo à escala regional.

Para Winston Parva, o que diferenciava os recém-chegados dos moradores mais antigos da cidade não eram os salários – que se equiparavam aos das famílias já residentes na localidade – nem mesmo o tipo de profissão exercida – pois a maioria dos residentes também eram operários especializados ou semi-especializados – e sim os costumes, a tradição, as ideias, as crenças e todo o estilo de vida. Ou seja, os novos moradores tinham ideias e crenças diferentes das valorizadas na comunidade (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Em nossa realidade empírica, esse processo se configura no embate entre os costumes, as tradições, o estilo de vida, os valores e as crenças e, também, na relação entre a população e a assistência social, ou seja, o conflito se processa na divisão dos recursos provindos da assistência social entre os “da cidade” e “os de fora”.

Na tese dos “estabelecidos” e “*outsiders*”, defendida por Elias & Scotson (2000), a questão da assistência social e de classes não eram fatores preponderantes, os autores apontam que a relação “nós” e “eles” ultrapassa as classes sociais. No entanto, para o Brasil, mais especificamente para as cidades locais, observamos que há uma questão de classe social imbuída nesse processo, pois a relação “estabelecidos” e “*outsiders*” se configura, mais fortemente, nas localidades que estão recebendo a migração de uma mão de obra não-especializada, composta, basicamente, de cortadores de cana-de-açúcar – Mariápolis, Arco-Íris, Paulicéia – do que nas cidades para as quais a migração destinada foi das categorias mais especializadas, como maquinistas, motoristas etc. – Queiroz e Monte Castelo. E, como aponta Martins (2009, p. 13), é na situação de fronteira que se encontra o “*desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais*”.

Também no trabalho de Mondardo (2009) não se constata a tese dos “estabelecidos” e “*outsiders*”, como identificada por Elias & Scotson (2000), na qual, os moradores mais antigos, “estabelecidos”, serravam fileiras aos “de fora”, os “*outsiders*”, estigmatizando-os.

Há, no contexto estudado por Mondardo (2009), uma inversão dos papéis. Os “de fora”, gaúchos e catarinenses, foram vistos como “estabelecidos” e os “de dentro”, caboclos, passaram ao papel de “*outsiders*”. Ou seja, “*na fronteira se deu um processo contraditório: estabelecido virou outsiders, enquanto o ‘de fora’ virou estabelecido*” (MONDARDO, 2009, p. 349).

Porém, devemos considerar o contexto político e histórico no qual se insere esse processo, pois a mobilidade gaúcha e catarinense para o Sudoeste

paranaense produziu, como aponta Mondardo(2009), o mito fundador do "pioneiro" que se cristalizou em uma "mitologia heroica" do povo ordeiro e trabalhador e que, através do simbólico, utilizou o recurso do trabalho para criar o sentimento de pertencimento.

Nesse contexto, também está imbuída uma questão de distinção social entre os gaúchos e catarinenses e os caboclos, que auxiliou na inversão do processo. Diferentemente do contexto analisado por nós, no qual se inserem os trabalhadores migrantes, principalmente, os destinados ao corte da cana-de-açúcar que, ao migrarem para as cidades locais híbridas empobrecidas, são vistos como "os de fora", que poderão "tomar" os parques e exíguos recursos e benfeitorias existentes e não como os "desbravadores".

É nítida a diferença entre as cidades que recebem os cortadores de cana-de-açúcar e as que vêm recebendo categorias mais especializadas de trabalhadores agrícolas, como podemos perceber nas falas dos entrevistados: "*os baianos tomam conta da cidade*"; "*tem de dar valor para os da cidade*"; "*as famílias pobres não pode mais pagar aluguel*"; "*tem uma chuva de alagoano aqui*"; "*tirou a liberdade da cidade*"; "*o aluguel ficou mais caro por causa desse povo*"; "*aqui não deveria chamar mais Paulicéia, deveria chamar Alagocéia*". Por outro lado, nas cidades que não recebem a mão de obra dos cortadores, a questão da estigmatização enquanto fábulas imaginárias também ocorre: "*os cortadores são muito briguentos 'baianos'*"; "*em Luziânia tem muita briga 'o povo do Maranhão!'*", mas, a valorização da cidade se processa mais intensamente: "*aqui não vem cortador, só quem trabalha dentro da usina*"; "*aumentou a população, misturou as culturas*"; "*vem mais motorista, tratorista para o corte é pouco*"; "*valorizou a cidade*" e; "*valorizou os imóveis*".

No que se refere à questão da assistência social, como já destacamos, os "estabelecidos" repassam aos migrantes (cortadores) a "responsabilidade" por boa parte dos problemas sociais da cidade, pois: "*eles tomam a frente nas coisas do governo*"; "*posto de saúde lotado*"; "*tira o emprego do povo da cidade*"; "*pega tudo que é nosso: casa popular, leite*". Sendo assim, a relação "estabelecidos" e "outsiders" se apresenta, também, no embate entre as classes e entre os direitos básicos de cidadania.

O migrante (cortador), além das condições de trabalho precárias, tem sua vida empobrecida na esfera da reprodução, com o acesso precário à moradia e, principalmente, em relação à reprodução social, com a negação simbólica aos direitos básicos de cidadania, por parte dos "*estabelecidos*". Embora os migrantes (cortadores) tenham, por direito constituído, acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, estes lhes são negados, simbolicamente, no discurso dos "*estabelecidos*".

O perfil desse tipo de migração – mão de obra para a atividade agroindustrial canavieira – na área analisada, vem se alterando. No início predominava a migração de homens que deixavam suas famílias em seu local de origem; no período atual, alguns desses trabalhadores estão trazendo suas famílias e, em muitos casos, a família inteira, como filhos, esposas, mães etc.. Em nossos trabalhos de campo, esse processo foi identificado claramente; tanto na cidade de Paulicéia como em Mariápolis entrevistamos várias famílias de migrantes. Segundo os entrevistados, alguns vêm para que o marido não fique sozinho; para ajudar na arrumação de casa, lavar as roupas, fazer comida; outros para que a mulher também possa arrumar um emprego, como, por exemplo, de “boia-fria”. Por outro lado, diversos entrevistados apontaram como motivo a utilização dos serviços de saúde, ou seja, precisavam fazer exames, realizar *check-up* e aqui era mais fácil.

Assim, a negação simbólica aos direitos básicos de cidadania se estende e se intensifica, pois as cidades locais híbridas são empobrecidas e os repasses governamentais estão atrelados ao contingente populacional. Acoplados a esse fator, temos os migrantes que não são contados no recenseamento como moradores dessas cidades, pelo período que permanecem nesses locais.

Para Martins (2009), a fronteira tem dois lados e, essa compreensão, do lado de lá e cá, possibilita uma leitura mais abrangente do entendimento da fronteira como concepção do humano. Nesse sentido, uma questão que precisa ser pontuada é a realidade socioeconômica das cidades locais híbridas, que se caracteriza pela presença massiva do circuito inferior da economia, uma pobreza material relacionada ao desemprego e à má remuneração, aos baixos índices de escolaridade, à insuficiência dos equipamentos e serviços urbanos e ao fato de que os principais recursos administrativos são provindos dos fundos de repasses governamentais, gerando uma pobreza que se processa a partir da pobreza material e política.

Nesse contexto, a assistência social torna-se fundamental para a população e é justamente aí que se fortalece o conflito entre os “da cidade” e os “de fora”, configurando uma relação de “estabelecidos” e “outsiders”. Assim, a questão da pobreza material e política é um fator que vai caracterizar os “estabelecidos” e “outsiders”.

Além dessas questões, o grupo “estabelecido” utiliza-se do estigma para manter um distanciamento entre “os de fora” e “os da cidade”. Os termos que estigmatizam outros grupos são próprios de cada contexto de relação e, nessa conjuntura, os “outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 27). Assim, a estigmatização se processa em um tipo de fantasia

coletiva criada pelo grupo estabelecido refletindo, ao mesmo tempo, justificativa e aversão desse grupo pelos “outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Acrescente-se a isso o estranhamento, no sentido de uma coesão social, por parte dos “estabelecidos”, que não aceitam os “outsiders” (cortadores) e, por isso, os estigmatizam e excluem. Esses fatores estigmatizadores foram percebidos, tanto entre os idosos como entre os jovens, demonstrando que o processo se faz na relação entre os “da cidade” e os “de fora” e não entre os mais velhos ou mais jovens, no sentido de grupo etário. Os “outsiders” migrantes (cortadores), também são vistos pelos estabelecidos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros: “*causa muita briga*”; “*ficam nos bares*”; “*incomoda, gera desconfiança e nos deixa com medo*”; “*muita confusão*”; “*desordeiros*”; “*já deu assassinato entre eles*”; “*a cidade ficou perigosa*”; “*não se pode deixar mais nada para fora*”; “*muito atrito*”; “*drogas, roubos*”; “*só acontece coisa pesada*”.

A estigmatização, em alguns casos, é velada. Alguns entrevistados, mesmo considerando os migrantes (cortadores) como trabalhadores que “*não incomodam*”, quando afirmam que “*só vieram trabalhar e vão embora*”, dentre outras, acabam revelando desconfiança em relação aos “outsiders”. Esse fator pode ser observado em diversos momentos. No entanto, na cidade de Arco-Íris se explicitou, pois a migração (de cortadores) para essa localidade é bem específica. Enquanto nas demais cidades, segundo entrevistados e a Secretaria de Assistência Social, perfazem de 300 a 800 pessoas, para Arco-Íris foram somente 45 trabalhadores provindos do Maranhão que passaram a residir na cidade durante o período da safra da cana-de-açúcar, residindo em locais específicos, identificados por nós por motivo de entrevistas, nos permitindo um conhecimento de tais migrantes.

Porém, na realização da pesquisa de campo, nesta cidade, fomos abordados de forma coercitiva por um jovem da cidade e ao comentarmos o ocorrido em uma de nossas entrevistas com os moradores “da cidade”, esses foram diretos ao atribuir o ocorrido aos “de fora”, porque, “*o povo da cidade não faz essas coisas*”, mesmo tendo, anteriormente, declarado que os migrantes (cortadores) “*são bons, não fazem nada de mal para ninguém*”.

A presença dos migrantes em cidades locais híbridas, de certa maneira, modifica o estilo de vida comum e o conjunto de normas pré-estabelecido por um grupo. Os “estabelecidos” perdem o controle do conhecimento mútuo e a possibilidade de alteração do padrão de conduta já estabelecido, gerando instabilidade na coesão grupal existente. Mesmo os “estabelecidos” identificando os “de fora”, conhecendo seus locais de trabalho e residência, não os reconhecem enquanto iguais. Podemos perceber esse aspecto nas seguintes

expressões: *"acabou o sossego da cidade, não podemos ter confiança como temos no povo da cidade e aumentou o barulho"*; *"é um povo que a gente não conhece"*; *"tem bastante gente desconhecida"*; *"antigamente era mais próximo todo mundo se conhecia, agora não"*; *"não se conhece mais as pessoas todas são estranhas"* e; *"não se sabe mais nada da cidade"*.

Nesse contexto, as "fofocas" se tornam uma rede poderosa na manutenção dos estigmas e da coesão social entre o grupo "estabelecido". Essa rede de "fofocas" se baseia no "ouvi falar" e se mantém acesa pela proximidade espacial e visibilidade dos processos existentes em pequenas cidades, como observamos nas seguintes falas: *"confusão, brigas, muito preconceito contra eles: falam que já foram presos e vieram para cá"*; *"o povo fala que eles são muito esquentados"*; *"ainda bem que não vem para cá. Porque me disseram que em Luziânia acabou com todo o medicamento no posto de saúde"*; *"tem gente que ficou com medo, olhava como se fossem bicho"* e; *"tem gente que reclama, fica com medo"*.

A estigmatização dos "outsiders" pelo grupo "estabelecido" é utilizada como uma forma de coesão e controle social, reservando para os "estabelecidos" os cargos mais importantes das organizações locais, tanto políticas, econômicas, como sociais. Na campanha eleitoral de 2008, para os cargos do executivo e legislativo municipal (prefeitos e vereadores), os *slogans* dos candidatos eram no sentido de manter uma tradição e um conhecimento como, por exemplo: *"vote em Maria que tem sua família na cidade há mais de 30 anos"*, demonstrando o peso da tradição familiar e do conhecimento. Outro fator muito observado é a não integração dos migrantes nas organizações religiosas, escolares etc.. Os migrantes (cortadores) não conseguem se inserir na vida local dessas cidades, no sentido de uma coesão social, o que, para Elias & Scotson (2000), é uma arma poderosa para que o grupo "estabelecido" preserve sua identidade e afirme sua superioridade, mantendo os "outsiders" em seu lugar.

Assim, segundo Bourdieu (2007, p. 85), a estigmatização é uma miséria coletiva:

(...) espécie de miséria coletiva que fere, como uma fatalidade, todos aqueles que estão amontoados nos lugares de rejeição social, onde as misérias de cada um são redobradas por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado.

A presença de um grupo estigmatizado perpetua uma espécie de miséria coletiva, intensificando a presença de um circuito de pobreza urbana que transcende os limites do urbano, mas se funde no espaço urbano.

A violência indiscriminada

O estranhamento, no sentido de uma coesão social, por parte dos “*estabelecidos*” que não aceitam os “*outsiders*” (cortadores), gera processos de estigmatização e exclusão social. No nível do simbólico, segundo Haesbaert (2005, p. 37), podemos falar:

então, de um migrante “desterritorializado” no sentido cultural ou simbólico, na medida em que, destituído de seu lugar e de suas paisagens de origem, ele se vê destituído também de valores símbolos, que ajudam na construção de sua identidade. (...) O migrante pode ser visto, como um desterritorializado, no sentido da perda de uma “experiência total” ou “integrada” do espaço, fruto, sobretudo, dos processos de exclusão socioespacial que ele sofre.

Ainda conforme o mesmo autor (2005, p. 38) pondera que falar de desterritorialização do migrante é altamente complexo e diferenciado. Esta diferenciação está acoplada:

- a) às classes sociais e aos grupos culturais a que está referida;
- b) aos níveis de desvinculação com o território no sentido de:
 - b1.) à presença de uma base física minimamente estável para a sobrevivência do grupo social, o que inclui seu acesso à infraestrutura básica (redes de água, luz, esgoto e comunicações, por exemplo);
 - b2.) ao acesso aos direitos básicos de cidadania, garantidos, ainda hoje, sobretudo no interior do território estatal-nacional onde o migrante esteja situado;
 - b3.) aos referenciais espaciais que compõem uma identidade sociocultural.

Seguindo o pensamento de Haesbaert (2005), destacamos que para os mais pobres, a desterritorialização é multi, ou no limite, uma territorialidade insegura em que a mobilidade é compulsória e resultado da falta de alternativas, em busca da sobrevivência física. Os migrantes (cortadores), ao se inserirem no mundo do trabalho, deixam para trás os vínculos sociais que os identificam. Nesses “novos lugares” se vêm numa situação de privação das relações sociais, pois, sendo estigmatizados pela população local, passam a não serem reconhecidos como iguais.

Nesse não reconhecimento como “iguais”, os direitos básicos de cidadania são negados simbolicamente pelo grupo “estabelecido”, gerando um processo de desterritorialização, pois, para Haesbaert (2010 [2004], p. 313):

Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, numa “total” ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos a efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólica cultural.

Esses trabalhadores, menosprezados, sentem-se como os “de fora” e, ao não se inserirem completamente nessa nova territorialidade temporária, permanecem em uma multiterritorialidade insegura, como aponta Haesbaert (2005).

No que tange ao capital social, para Bourdieu (2007, p. 165), é formado de:

(...) relações ou ligações (e muito particularmente dessas ligações privilegiadas que são as amizades de infância ou de adolescência) ou de todos os aspectos mais sutis do capital cultural e linguístico, como os modos corporais e a pronúncia (o sotaque), etc. São traços que conferem todo o seu peso ao lugar do nascimento (e, em menor grau, ao lugar de residência).

Sendo assim, no movimento migratório, os trabalhadores agrícolas diminuem o capital social que os compõem enquanto sujeitos sociais. Os aspectos sutis do capital cultural e linguístico são transformados em traços estigmatizadores pelo grupo “estabelecido”. Nesse sentido, uma migrante, esposa de um cortador de cana-de-açúcar, declarou-nos que a reação “*do povo da cidade*” é de estranhamento e preconceito, pois há: “*zombaria nas escolas com as crianças por causa da maneira de falar e também são chamados de baianos cabeça chata*”, ainda, “*não pude continuar catando tomate como boia-fria, pois as moças ‘da cidade’ ficavam rindo*”.

O capital social, que os compõem enquanto sujeitos sociais, é diminuído, impossibilitando de construir e exercer controle de dominação política, mas, principalmente, de apropriação simbólica cultural de seus territórios. No entanto, como destaca Silva (1999), trata-se de migrações forçadas que provocam muitas redefinições sociais, mas não significa uma total destruição das relações sociais pois, segundo a autora, “*‘dar conselhos’ é uma prática que cimenta as relações sociais e as ações individuais*”, essa migração

temporária não significa somente desenraizamento, mas, sim, dialética desenraizamento-reenraizamento, da tradição-modernidade, da resignificação da experiência.

Contudo, no campo simbólico, a perda dos laços identitários-territoriais é, ao mesmo tempo, um dos elementos centrais do processo de desterritorialização e, pelo qual, o migrante pode manter o mínimo da territorialidade perdida. Assim, as “geografias imaginárias” permitem que sejam revividos/rememorados elementos constituidores de sua cultura, reconstituindo a identidade do migrante enquanto grupo (HAESBAERT, 2005). Essa “geografia imaginária” se apresenta fortemente no grupo de “outsiders”, pois em todos os momentos são lembradas as festas que participavam em seus locais de origem, os grupos de amigos, as coisas da sua terra natal, os temperos, as músicas e, conseqüentemente, a vontade de retornar.

Esse sentido reterritorializador não é um transplante da identidade de origem, mas, um amálgama, um híbrido, permitindo que o sentimento de pertencimento a seu lugar de origem não se desfaça. No entanto, a interferência desse processo é dada pela leitura que o “outro” faz do indivíduo migrante (HAESBAERT, 2005). E, nas cidades locais híbridas, a leitura que o “outro” realiza em relação aos migrantes (cortadores) é de diferença, de desconfiança, de fronteiras entre “nós” e “eles”, configurando um conflito entre “estabelecidos” e “outsiders”.

Portanto, em meio à “barbárie pós-moderna” temos uma violência indiscriminada que, além da própria exclusão socioeconômica, tem-se a identidade ética como elemento central para delimitação de espaços exclusivos e excludentes. Assim, a exclusão do outro pode transitar entre sua completa dizimação ou sua reclusão em espaços quase completamente vedados (HAESBAERT, 2010 [2004]).

Destacamos que um dos principais motivos, mas não o único, para deixar seus locais de origem para trabalhar na atividade agroindustrial canavieira no Estado de São Paulo, ao fator econômico, como expresso pelos entrevistados. Mas, também, fatores ligados a uma cultura migratória se inserem nos motivos por terem de sair do seu local de moradia, de relações de vizinhança e amizade. Para Silva (2008, p. 173) é essa “*cultura migratória que redefine as práticas sociais, os estilos de vida e as visões de mundo*”.

Assim, para além das explicações puramente econômicas, a dimensão da interpenetração de saberes também é essencial para o entendimento da circulação das migrações (SILVA, 1999). Para Goettert (2008) a migração não é um ato simples. Trata-se do acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças. Ou seja, condicionada por uma multiplicidade de fatores que podem ser, exclusivamente, econômicos ou, também, psicológicos, ou

impulsos involuntários vindos de fora. Acrescenta que as situações e condições podem ser estruturais, conjunturais e individuais ou subjetivas. Também no sentido de pontuar as questões envoltas ao processo de migração, Woortmann (1990) destaca que, além da sobrevivência da família, fatores como ritual de passagem para diferir os homens dos que continuaram sendo rapazes e o aprendizado são preponderantes nesse processo.

Portanto, considerando a exclusão social enquanto um processo multidimensional, que engloba aspectos econômicos, políticos e culturais, pode-se dizer que os trabalhadores migrantes destinados ao corte da cana-de-açúcar vivenciam esses múltiplos aspectos da exclusão social. Pois, além da exclusão socioeconômica vivem uma multiterritorialidade insegura, na qual, seus direitos de cidadania são simbolicamente negados, são estigmatizados, fortalecendo a fronteira entre “nós” e “eles”, ou seja, nesses locais o capital social que os compõem é muito baixo. Nesse sentido, a multiterritorialidade insegura se reforça, pois vivenciam os múltiplos aspectos da exclusão, porém, não perdem por completo o capital social que os compõe em seu local de origem, no qual, mantém solidariedade, amizade, vizinhanças e todos os processos sociais que permeiam sua identidade.

E esse processo se perpetua, pois a migração desses trabalhadores se transforma em uma migração temporária permanente (SILVA, 2008, p. 166), já que “*a grande maioria deles migra todos os anos tendo sua vida dividida no espaço e no tempo*”. E acrescenta:

Em razão das inúmeras migrações que, muitas vezes, não se destinam para os mesmos lugares, a vida desses trabalhadores assemelha-se àquela do vôo das andorinhas, que partem em busca de alimentação e melhores condições climáticas, retornando ao local de origem, assim que a sobrevivência seja garantida (p.166).

Nesse sentido, os trabalhadores migrantes (cortadores) que possuem um capital social muito baixo, são estigmatizados, vivenciando uma territorialidade insegura que gera processos excludentes.

Portanto, o agronegócio globalizado que reproduz a globalização enquanto perversidade, gera o outro lado dos espaços ditos luminosos, a cidade da exclusão social. E uma das características dessa cidade da exclusão social são os conflitos que constituem a relação “estabelecidos” e “outsiders”.

Considerações finais

A relação entre “estabelecidos” e “outsiders” nas pequenas cidades, principalmente nas menores, como as cidades locais híbridas, se expressa

intensamente devido ao grau de proximidade espacial e visibilidade dos processos sociais.

Além disso, as características presentes nessas localidades, tais como: limite inferior da complexidade urbana, presença massiva do circuito inferior da economia, pobreza material relacionada ao desemprego e má remuneração, baixos índices de escolaridade, insuficiência dos equipamentos e serviços urbanos e o fato de os principais recursos administrativos serem providos dos fundos de repasses governamentais, gerando uma pobreza que se processa a partir da pobreza material e política, permitem-nos dizer que o conflito "estabelecidos" e "outsiders" se constitui no embate entre costumes, tradições, estilo de vida, valores e crenças e, também, na relação entre a população e a assistência social, ou seja, o conflito se processa na divisão dos recursos providos da assistência social entre os "da cidade" e "os de fora".

Pontuamos, novamente, que para Elias & Scotson (2000), a relação "nós" e "eles" ultrapassa as classes sociais. Na realidade analisada pelos autores, a tradição, a antiguidade sobrepunha-se as classes sociais, ou seja, os sujeitos podiam pertencer à mesma classe social, mas isso não significava pertencer ao grupo.

Na realidade estudada por nós, a questão das classes sociais está, fortemente, imbuída no processo. A relação "nós" e "eles", em alguns momentos, ultrapassa as classes sociais. Pois, mesmo que o rendimento econômico entre "os da cidade" e "os de fora" seja equivalente, as fronteiras grupais se expressam. Todavia, relação "nós" e "eles", nas localidades que recebem mão de obra menos especializada e, por isso, com menores rendimentos, o conflito intensifica-se, principalmente, diante da realidade da sociedade brasileira, na qual as desigualdades sociais e a pobreza são estruturais.

Nesse conflito, o ponto central se expressa nas fronteiras grupais. Considerando o exposto, podemos dizer que, por não "conhecer" e por reconhecer os migrantes como estranhos, as fronteiras grupais se estabelecem entre "nós" e "eles", excluindo os pertencentes ao outro grupo denominado de "eles", como descrito por Elias & Scotson (2000). "Nós" e "eles", dois pronomes pessoais que se materializam em sujeitos que mantêm a clara distinção entre "os da cidade" e "os de fora", demarcando fronteiras.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. (Contribuições) Accardo, A. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [2004].

_____. Migração e desterritorialização. In: **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. NETO, H. Póvoa; PACELLI, A. (orgs). Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. IN: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

NORBERT, E. e SCOTSON, L. J.. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**; tradução, Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARTINS, J. de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MONDARDO, M. L.. **Os períodos das migrações territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Dourados, Dissertação de mestrado, 2009.

ROMA, Cláudia Marques. O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012. Tese de doutorado.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2004 [2000].

SILVA, Maria A. Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação editora do Unesp, 1999.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. IN: **Cadernos CERU (USP)**, v. 19, p. 165-180, 2008.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: **Revista brasileira de estudos de população**, jan/jul 1990.

VIEIRA, Alexandre B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente,
2009. Tese de doutorado

Cláudia Marques Roma

Graduada, Mestre e Doutora em Geografia pela Unesp, Campus de Presidente Prudente. Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), no Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS)

Rua Maria da Glória Leão Borges, 190, apto 1204, torre 2

Uberaba-MG

CEP: 38020-330

E-mail: marquesroma@yahoo.com.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2013
Aprovado para publicação em novembro de 2013